

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTÁVEL – IPADES**

Destaques, outubro 2011

FAO Lança Plano de Cooperação Mundial Para Preservar os Solos

O solo é um componente essencial dos sistemas de produção agropecuária e florestal e também dos ecossistemas terrestres. No entanto, é também um recurso frágil e não renovável. Por essas características e importância o solo deve ser estudado e preservado.

O diretor-geral da FAO, Jacques Diouf, advertiu sobre a degradação dos solos, o que, segundo ele, constitui uma ameaça para a segurança alimentar do planeta, durante o lançamento de uma **Aliança Mundial Sobre os Solos**.

Ela deve ser o equivalente da Aliança Mundial Para a Água, iniciada em 1996, e tem por nome oficial: **"Aliança Mundial Sobre os Solos Para a Segurança Alimentar e a Adaptação às Mudanças Climáticas e Sua Atenuação"**.

Segundo a FAO, apenas na África 6,3 milhões de hectares de terras agrícolas deterioradas perderam sua fertilidade e devem ser regeneradas para satisfazer a demanda por alimentos de uma população que pode duplicar nos próximos 40 anos.

Em 1982, a FAO já havia adotado uma "Carta Mundial de Solos" com os princípios e diretrizes de gestão durável e de proteção dos solos aprovados pelos governos e por organizações internacionais.

A nova Aliança deve contribuir não apenas para colocar em ação as disposições da Carta de 1982, cuja aplicação está atrasada, mas também para reforçar a sensibilização sobre a importância dos solos para a segurança alimentar, ao mesmo tempo em que irá motivar a ação dos que decidem.

A Aliança também tem por vocação oferecer um ambiente propício a soluções técnicas de proteção e de gestão dos solos, ajudando a mobilizar recursos e competências para atividades de programas conjuntos.

Grande Vitória para o Cultivo do Feijoeiro

Está chegando o transgênico verde-amarelo, maravilha da biotecnologia nacional. Trata-se de uma variedade de feijão resistente à virose. Desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a descoberta vai economizar agrotóxicos e favorecer os agricultores familiares. Pela primeira vez uma variedade geneticamente modificada nasce exclusivamente em instituição pública. Segundo o engenheiro agrônomo Francisco Aragão, um dos responsáveis pela pesquisa, os estudos na Embrapa demoraram toda uma década. A liberação para plantio já foi autorizada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

A infestação se dá pela mosca branca (*Bemisia tabaci*). O controle químico é difícil e oneroso, exigindo seguidas pulverizações preventivas com defensivos. As perdas na safra, de 40% a 85%, seriam capazes de alimentar entre nove a 18 milhões de pessoas adultas.

Por meio da biobalística, técnica de bombardeamento celular em laboratório, os cientistas conseguiram introduzir parte de material genético do vírus diretamente no genoma nuclear do feijoeiro. A mistura genética criou nos descendentes da planta uma capacidade inerente de resistência à terrível doença. Pesadelo dos agricultores, majoritariamente familiares, que se dedicam ao cultivo da leguminosa no Brasil, o mosaico dourado foi vencido pela ciência.

Quando os organismos geneticamente modificados começaram a ser anunciados, trouxeram, compreensivelmente, grande receio à sociedade. Em nome do princípio da precaução, típico da boa ciência, pregava-se uma moratória de cinco anos para se aquilatar, convenientemente, sua biossegurança. Cautela nunca é demais. Hoje, passados quase 15 anos de forte expansão em vários ecossistemas produtivos, e tendo sofrido todo tipo de ataque – científico, ideológico e religioso – os transgênicos provam sua biossegurança.

Com a biossegurança tendo credibilidade avança em todo o mundo, a utilização de variedades transgênicas na agricultura. Em 2000 havia 13 países plantando-as numa área de 40 milhões de hectares. Passada uma década, o cultivo subiu para 148 milhões de hectares, em 29 países. O Brasil ocupa o segundo lugar do ranking mundial (25,4 milhões de hectares), abaixo dos Estados Unidos (66,8 milhões de hectares).

Inserção Internacional do Agro: Caminho Sem Volta.

Segundo as projeções da Organização Mundial para Agricultura e Alimentos (FAO), até 2030 o mundo precisará, para atender à demanda, produzir mais 34% de carne bovina, 47% de carne suína, 55% de carne de frango, 59% de açúcar, 19% de arroz, 29% de milho e 49% de soja, em relação ao que produz hoje. Assumindo que o Brasil continuará ganhando participação de mercado como fornecedor, nosso crescimento será de 49% na carne bovina, 48% na carne suína, 77% na carne de frango, 65% no açúcar, 16% no arroz, 83% no milho e 98% na soja, comparando a produção de hoje com a projetada para 2030.

As exportações brasileiras, portanto, continuarão crescendo. Até 2030 o Brasil deverá exportar mais 81% de carne bovina, 56% de carne suína, 122% de carne de frango, 66% de açúcar, 15% de arroz, 108% de milho e 140% de soja, em relação ao que exporta hoje. **Com exceção do arroz, em todos os produtos o crescimento das exportações será maior do que a produção, ou seja, a inserção do agro brasileiro no mundo vai-se intensificar.**

As exportações desses produtos somaram US\$ 38,5 bilhões em 2009, cerca de 50% da pauta exportadora do agro. A preços constantes de 2009, a receita de exportação com esses produtos chegará, em 2030, à casa dos US\$ 65 bilhões (mais do que o dobro de hoje). Em 2030, portanto, o Brasil deverá ser do tamanho dos EUA no mercado internacional de produtos do agro. Todo esse crescimento de exportações, é preciso que se diga, ocorrerá sem canibalizar o mercado doméstico brasileiro.

Esses números comprovam duas coisas: que o aumento da inserção internacional do agro brasileiro é um caminho sem volta e que o agro continuará sendo um dos setores mais dinâmicos da economia brasileira.

A expansão do agro traz desenvolvimento regional para o Brasil. Não existe forma mais rápida de promover a economia local de cidades distantes dos grandes centros consumidores do que por meio da produção agropecuária e florestal. O agro produtivo utiliza tecnologia e, assim, demanda insumos e máquinas estimulando o crescimento, ou até mesmo o aparecimento, de novos setores, e muito deles são intensivos em capital e têm alto conteúdo tecnológico. Como qualquer setor da economia brasileira, é cada vez mais intensivo em serviços, gerando empregos indiretos a atraindo mão de obra. **Sem ignorar os problemas, salta aos olhos o desenvolvimento de diversas cidades que deslancharam com suas economias baseadas no agro e seus empreendedores. O Estado de Mato Grosso é o exemplo recente.**

Modernização da Agricultura e Desenvolvimento do Pará

Em 12 de setembro de 2011, o Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável – [IPADES](#), através dos pesquisadores Francisco Benedito da Costa Barbosa e Ítalo Cláudio Falesi, em reunião com o Secretário de Agricultura do Estado do Pará, Hildegardo de Figueiredo Nunes, entregaram ao Governo do Estado a Pesquisa *IPADES*, “[Modernização da Agricultura e Desenvolvimento do Pará](#)”, como uma contribuição voluntária do instituto ao desenvolvimento da economia primária paraense nos aspectos: institucional, da produção agropecuária e florestal.

A agropecuária paraense apresenta números preocupantes para o desenvolvimento do Estado. **Nas exportações a participação do setor, em 2010, foi 7,55%. A pecuária de corte representou 6,12% sendo a venda de animais vivos 4,82%. Coube à agricultura tão somente 1,43% das exportações com o seguinte desempenho: pimenta-do-reino 0,63%, soja 0,52%, suco de fruta 0,15%, e óleo de dendê 0,13% (MDIC, 2011). Na composição da riqueza do Estado, a participação da agropecuária é declinante. De 2002 a 2008 caiu de 12,5% para 7,1%, sendo que neste último ano seu crescimento foi de apenas 0,6% o que correspondeu a 3,73 bilhões de reais (IDESP, s/d). O que comprova os dados da exportação acima demonstrados.**

Além de analisar o perfil institucional e da produção da agropecuária paraense, desde 1891, ano da criação da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, embrião da atual Secretaria de Agricultura, até o momento atual, o trabalho faz dez recomendações pertinentes à modernização desses setores:

- 1-Estabelecer uma coordenação institucional e efetiva que formule políticas públicas e programas setoriais visando a modernização do setor público agrícola e da produção agropecuária do Estado do Pará.
- 2-Promover ações e articulações institucionais inter e intrasetorial que contribuam para a solução dos graves problemas fundiários e ambientais do Estado do Pará.
- 3-Reestruturação e expansão do Serviço de Extensão Rural.
- 4- Fortalecer, expandir e programar um maior intercâmbio com as Instituições de Pesquisa para atender as demandas científicas e tecnológicas da agropecuária estadual.
- 5-Atuar para que a modernização da agricultura seja uma forte componente na implantação do Zoneamento Ecológico Econômico do Pará.

6-Os planejadores da modernização e os planejadores da agricultura devem trabalhar em sintonia com o objetivo maior da agropecuária, ou seja, o desenvolvimento econômico do Estado do Pará.

7- Estabelecer novas cadeias produtivas e fortalecer as existentes.

8- Monitoramentos de mercado, das condições epidemiológicas – vegetal e animal – e agrometeorológicas fornecendo previsibilidade para a produção agropecuária.

9- Melhorar a capacidade de fazer diagnósticos individualizados dos problemas, buscando soluções que eliminem as barreiras ao desenvolvimento da economia primária do estado.

10) Melhor utilização dos fatores geográficos e tecnológicos, de modo que as vantagens comparativas também se tornem vantagens competitivas para a produção agropecuária.

A pesquisa “[Modernização da Agricultura e Desenvolvimento do Pará](#)” se encontra disponível para consulta neste site do Instituto de Pesquisa Aplicada em Desenvolvimento Econômico Sustentável – IPADES, no link [publicações](#).